

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em Formação em Docência para Educação Básica

Monique Cássia de Assis

**MEDIAÇÃO E INCLUSÃO: o papel do Especialista em Educação Básica na articulação
entre família, escola e serviços de apoio externos especializados**

Belo Horizonte
2025

Monique Cássia de Assis

**MEDIAÇÃO E INCLUSÃO: o papel do Especialista em Educação Básica na articulação
entre família, escola e serviços de apoio externos especializados**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização em Formação em
Docência para a Educação Básica da Faculdade
de Educação da Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito parcial para obtenção do
título de Especialista em Docência para a
Educação Básica.

Orientadora: Profa. Ma. Esther Augusta Nunes
Barbosa

Belo Horizonte

2025

A848m
TCC

Assis, Monique Cássia de, 1986-

Mediação e inclusão [manuscrito] : o papel do especialista em educação básica na articulação entre família, escola e serviços de apoio externos especializados / Monique Cássia de Assis. -- Belo Horizonte, 2025.
60 p. : il., color.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Básica. Área de concentração: Docência e inclusão escolar: pessoas com deficiência e a prática pedagógica na escola..

Orientadora: Esther Augusta Nunes Barbosa.

Bibliografia: f. 53-54.

Anexos: f. 55-60.

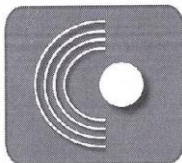
1. Educação. 2. Educação especial -- Itabirito (MG). 3. Educação inclusiva -- Itabirito (MG). 4. Inclusão em educação. 5. Professores de educação especial -- Formação. 6. Professores de educação especial -- Prática de ensino. 7. Itabirito (MG) -- Educação. 8. Itabirito (MG) -- Educação especial.

I. Título. II. Barbosa, Esther Augusta Nunes, 1987-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação em Docência para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO NONINGENTÉSIMO SEXAGÉSIMO SEXTO TRABALHO FINAL DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOCÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A
PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização Formação em Docência para a Educação Básica – com o título “**Mediação e inclusão: o papel do especialista em educação na articulação entre família, escola e serviços de apoio externos especializados**”, do(a) aluno(a) **Monique Cássia de Assis**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Esther Augusta Nunes Barbosa (orientador) e - Eduardo da Silva Teodoro. Os trabalhos iniciaram-se às 8h30, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte, 12 de julho de 2025.

Aluno(a) Monique Cássia de Assis

Registro na UFMG: 2024694572

Profa. Ms. Esther Augusta Nunes Barbosa
Orientador(a)

Prof. Ms. Eduardo da Silva Teodoro
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação em Docência para Educação Básica

Ao meu esposo Duilio, meus filhos Lucas e
Johnlena e meus pais Elza e Zequinha
(saudades eternas, pai).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade e por guiar meus caminhos. Sou profundamente grata ao meu querido esposo Duilio e aos meus amados filhos Lucas e Johnlena, que sempre me incentivam e acreditam em mim. À minha família, pelo amor incondicional, paciência e compreensão nos muitos momentos em que precisei me ausentar para estudar. Especialmente aos meus pais, que me ensinaram a lutar por cada um dos meus sonhos (saudades eternas, Zequinha). À minha orientadora, Mestra Esther Augusta, pelo apoio incondicional e por todo o suporte oferecido ao longo dessa jornada. Aos meus colegas de trabalho da Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira pela excepcional parceria nessa caminhada em busca de uma educação verdadeiramente inclusiva. À minha irmã do coração, Daiane, pela presença constante, apoio e carinho inabaláveis. Ao meu trio querido, Andreza e Andreísa, por toda a amizade, cumplicidade e incentivo nos momentos mais desafiadores. Aos meus amigos, que de tantas formas contribuíram para esta conquista. A todos os professores do curso LASEB, em especial ao professor avaliador Eduardo da Silva Teodoro, por sua escuta atenta, orientações valiosas e incentivo. Aos colegas de turma, por todas as trocas enriquecedoras, risadas e por tanto aprendizado compartilhado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o papel do Especialista em Educação Básica na inclusão de alunos público-alvo da educação especial, com ênfase na articulação entre escola, família e serviços de apoio externos especializados. O estudo parte da compreensão de que a inclusão escolar é um processo coletivo que exige mediação qualificada e comunicação contínua entre os diversos agentes educacionais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida por meio de observação participante, análise documental e relato reflexivo da prática profissional da autora como Especialista em Educação Básica na Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, em Itabirito (MG). Foram analisadas as atribuições formais do cargo na rede municipal, os desafios enfrentados no cotidiano escolar e as estratégias adotadas para promover uma educação inclusiva e humanizada. A investigação também considerou o novo modelo de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), implementado no município em 2025, como instrumento de acompanhamento da aprendizagem e mediação pedagógica. Os resultados apontam que, embora haja avanços nas políticas públicas e na infraestrutura escolar, persistem desafios relacionados à formação docente, à sobrecarga do Especialista em Educação Básica, à escassez de profissionais de apoio e à fragilidade da articulação com os serviços externos. Como contribuição prática, foram elaborados dois planos de ação: o primeiro, um guia reflexivo e teórico para a efetivação da ACPP (Análise Crítica da Prática Pedagógica), com vistas à integração de todos os envolvidos no processo educativo; o segundo, composto por ações concretas desenvolvidas na escola, com foco na formação docente e no acolhimento das famílias de estudantes com deficiência. Conclui-se que o Especialista em Educação Básica exerce papel central na construção de uma cultura escolar inclusiva, sendo mediador de processos, articulador de redes e promotor da equidade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão; Especialista em Educação Básica; Plano de Desenvolvimento Individual; Mediação; Itabirito.

ABSTRACT

This study aims to investigate the role of the basic education specialists in the inclusion of students who are the target audience of special education, with an emphasis on the articulation between school, family, and specialized external support services. The research is based on the understanding that school inclusion is a collective process that requires qualified mediation and continuous communication among the various educational agents. This qualitative study was conducted through participant observation, document analysis, and reflective narrative of the author's professional practice as an education specialist at Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, in Itabirito (MG), Brazil. The formal duties of the position in the municipal network, the challenges encountered in the school context, and the strategies adopted to promote inclusive and humanized education were analyzed. The research also examined the new model of the Individual Development Plan (PDI), implemented in the municipality in 2025, as a tool for monitoring student learning and guiding pedagogical mediation. The findings indicate that, despite progress in public policy and school infrastructure, challenges persist related to teacher training, workload of specialists, lack of support professionals, and weak coordination with external services. As a practical contribution, two action plans were developed: the first, a reflective and theoretical guide for implementing the Critical Analysis of Pedagogical Practice (ACPP), aiming to integrate all those involved in the educational process; the second, a set of concrete actions carried out in the school, focusing on teacher training and the welcoming of families of students with disabilities. It is concluded that the basic education specialist plays a central role in building an inclusive school culture, acting as a mediator of processes, a network coordinator, and a promoter of equity within the school environment.

Keywords: Special Education; Inclusion; Basic Education Specialist; Individual Development Plan; Mediation; Itabirito.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACPP – Análise Crítica da Prática Pedagógica
AEE – Atendimento Educacional Especializado
CAPSij – Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CER II – Centro Especializado de Reabilitação (unidade II)
CMAEE – Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado
CNE/ CP: Conselho Nacional de Educação/ Câmara Plena
EJA – Educação de Jovens e Adultos
PAEE – Plano de Atendimento Educacional Especializado
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LBI – Lei Brasileira de Inclusão
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
ONU – Organização das Nações Unidas
PDI – Plano de Desenvolvimento Individual
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PPP – Projeto Político-Pedagógico
QEdú – Plataforma de Indicadores Educacionais (fonte online de dados educacionais)
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
TEA – Transtorno do Espectro Autista
UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Minha trajetória pessoal e profissional e meu encontro com a educação especial	13
2	METODOLOGIA	17
2.1	A abordagem metodológica e o método de pesquisa	17
2.2	Considerações éticas	18
3	REFERÊNCIAS TEÓRICAS	19
3.1	Conceitos de educação inclusiva e legislação pertinente	19
3.2	Legislação da educação especial: breve histórico, avanços e implicações para a mediação inclusiva	19
3.3	Principais legislações da educação especial no Brasil	20
3.3.1	Constituição Federal de 1988	20
3.3.2	Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	21
3.3.3	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	23
3.3.4	Lei nº 12.764/2012 - Lei Berenice Piana	24
3.3.5	Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão (LBI)	25
3.3.6	Importância das políticas estaduais e municipais	26
4	O PAPEL DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA NA INCLUSÃO ESCOLAR	28
4.1	A relação entre escola, família e serviços de apoio externos especializados	28
5	ATRIBUIÇÕES DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL	31
5.1	Mapeamento das atribuições do cargo de Especialista em Educação Básica na rede municipal de Itabirito	31
5.2	Análise das atribuições do Especialista em Educação Básica na perspectiva da Educação Especial	32
5.3	O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)	34
5.3.1	Características gerais do documento	34
5.3.2	Contribuição para a inclusão e acompanhamento do ensino	35

5.3.3 Interface com a plataforma digital	36
5.4 Desafios e possibilidades na prática cotidiana	36
6 ANÁLISE DO CONTEXTO DA ESCOLA MANOEL SALVADOR DE OLIVEIRA	39
6.1 Diagnóstico da realidade escolar	39
6.2 Articulação e inclusão	40
6.3 Interseção entre Especialista em Educação Básica e Educação Especial	41
6.4 Principais desafios e estratégias adotadas	43
7 PROPOSTA E APLICAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO.....	46
7.1 Modelo 1 – A atuação do supervisor escolar na inclusão de alunos da educação especial	46
7.2 Modelo 2 – Fortalecimento da parceria entre escola, família e serviços externos especializados	49
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo refletir sobre o papel do Especialista em Educação Básica no processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial e sua contribuição junto aos demais envolvidos: família, serviços de apoio externos especializados e profissionais da instituição de ensino.

A atuação do Especialista em Educação Básica é fundamental para promover a articulação entre todos os responsáveis pelo processo educativo, configurando-se como um elo crucial nesse triângulo de relações. Em um contexto educacional cada vez mais desafiador, em que a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos são prioridades, esse profissional desempenha um papel estratégico ao facilitar a comunicação e a colaboração entre os diferentes agentes. Tal função não apenas enriquece o ambiente escolar, mas também fortalece o suporte necessário para que os estudantes alcancem todo o seu potencial.

Diante disso, a investigação busca explorar os caminhos e as práticas que o Especialista em Educação Básica pode adotar para estabelecer conexões efetivas, garantindo que todos os envolvidos no processo educativo contribuam positivamente para o sucesso dos alunos.

No âmbito escolar citado neste trabalho, os serviços de apoio externos especializados referem-se às redes de atendimento e suporte oferecidas fora da escola para atender às necessidades dos alunos, especialmente aqueles que fazem parte do público-alvo da educação especial. Esses serviços incluem setores da saúde, como psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psiquiatria e fisioterapia, além da assistência social e de órgãos como o Conselho Tutelar, considerando que muitas dessas crianças também se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Esses serviços têm o papel de complementar e reforçar o trabalho desenvolvido na escola, proporcionando um acompanhamento mais abrangente das necessidades específicas de cada aluno. A comunicação entre a escola e esses setores é essencial para que as intervenções sejam coerentes e eficazes, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e favorecendo sua inclusão no ambiente escolar.

Como destaca Smith (2008), essas crianças devem ter acesso a uma variedade de serviços que ofereçam o suporte necessário para desenvolverem seu potencial, uma vez que muitas delas precisam de atendimentos sociais e de saúde para garantir o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Na cidade de Itabirito (MG), a maior parte dos educandos que necessitam desse tipo de assistência é atendida principalmente pelo Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

(CAPSij), pelo Centro Especializado de Reabilitação (CER II) e pelas Unidades Básicas de Saúde dos bairros.

A atuação do Especialista em Educação Básica ocupa uma posição estratégica na interseção entre a educação especial e as demandas do cotidiano escolar. Esse profissional torna-se um ponto de convergência das ações pedagógicas, administrativas e de apoio necessárias à construção de uma escola inclusiva e democrática.

De acordo com Libâneo (2012), esse profissional tem como missão promover a melhoria da qualidade do ensino, mediante o acompanhamento sistemático das práticas pedagógicas, a orientação coletiva dos professores e a mediação nas relações entre os diferentes sujeitos da escola. Complementando essa visão, Gandin (2000) ressalta que o Especialista em Educação Básica é um articulador de processos, que busca, junto à equipe escolar, alternativas para enfrentar os desafios pedagógicos, promovendo o planejamento coletivo e a construção democrática do conhecimento.

Essa atuação mediadora e formativa também é destacada por Vasconcellos (2000), que compreende o Especialista em Educação Básica como aquele que estimula a reflexão, a análise crítica e a busca coletiva de soluções para os problemas do cotidiano escolar, desempenhando, assim, um papel central na construção de uma escola que valoriza a diversidade.

No contexto da educação inclusiva, o Ministério da Educação (MEC, 2013) afirma que o Especialista em Educação Básica exerce um papel estratégico na garantia do direito à educação, mediando processos formativos e assegurando a efetividade das práticas pedagógicas, especialmente no que se refere à inclusão de alunos público-alvo da educação especial.

Portanto, a função do Especialista em Educação Básica ultrapassa os limites da supervisão administrativa, assumindo um caráter formativo, democrático e articulador, essencial para o desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva, colaborativa e comprometida com a aprendizagem de todos.

O objetivo desta pesquisa é investigar as estratégias, os desafios e as práticas que o Especialista em Educação Básica utiliza para garantir uma educação inclusiva, integrando a atuação da escola, da família e dos serviços especializados no atendimento a alunos com deficiência.

Esse estudo busca compreender como esse profissional atua como facilitador na implementação da educação inclusiva, examinando tanto as práticas utilizadas quanto os obstáculos enfrentados no cotidiano. Esse enfoque é essencial, pois a inclusão de estudantes

com deficiência exige uma articulação constante entre diversos agentes, cada um com um papel específico e interdependente.

Minha indagação principal é: como o Especialista em Educação Básica pode atuar de forma eficiente como elo entre a família, os serviços especializados e a escola, garantindo a inclusão efetiva e o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência?

A atuação propositiva desse profissional como mediador entre escola, família e serviços especializados contribui significativamente para a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com deficiência, ao alinhar práticas pedagógicas adaptadas com o suporte familiar e demais participantes nesse processo tão legítimo.

Isso sugere que seu papel vai além da supervisão pedagógica tradicional. A premissa é que, ao atuar de forma articulada com todos os agentes envolvidos, ele pode promover um ambiente inclusivo e adaptado às necessidades dos alunos com deficiência, garantindo que o suporte oferecido seja completo e integrado. Com isso, busca-se investigar se, e como, a mediação eficaz e contínua do Especialista em Educação Básica, associada à comunicação e ao suporte adequado de todos os atores, favorece o desenvolvimento integral e a inclusão efetiva dos estudantes.

Como objetivos específicos, elencam-se:

- 1) Mapear e descrever as atribuições dos Especialistas em Educação Básica na rede municipal de Itabirito. Tal mapeamento é importante para analisar se as atribuições formais do cargo atendem às necessidades cotidianas da escola no atendimento aos alunos público-alvo da educação especial;
- 2) Destacar a interseção do trabalho dos Especialista em Educação Básica com a modalidade da educação especial, ampliando a compreensão sobre as atividades desenvolvidas por esse profissional e aquelas que deveriam ser desempenhadas para contribuir positivamente com o processo de ensino;
- 3) Relacionar os desafios do contexto/ realidade da Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira (Itabirito/ MG) à luz das atribuições definidas pela Secretaria Municipal de Educação de Itabirito (SEMED) para o cargo de Especialista em Educação Básica.

1.1 Minha trajetória pessoal e profissional e meu encontro com a educação especial

Neste capítulo, compartilho minha trajetória acadêmica e profissional, destacando momentos marcantes e refletindo sobre minha relação com a inclusão de alunos com deficiência ao longo dos anos.

Minha história com a escola começou de forma simples, mas profundamente significativa.

Desde pequena, as letras me fascinavam, e a biblioteca da escola tornou-se meu refúgio favorito. Sempre fui extremamente tímida, e via, nos livros, meu passaporte para um mundo melhor.

Nasci em Juiz de Fora e fui criada em uma cidade pequena vizinha, Matias Barbosa, na Zona da Mata de Minas Gerais, em uma família com poucos recursos financeiros, mas muito amor e incentivo. Por isso, tinha pouquíssimo acesso a livros fora da escola, uma realidade muito diferente da atual, visto que os alunos hoje estão rodeados por acervos literários bem mais diversificados.

Contava os dias para a tão esperada "aula de biblioteca" em minha amada Escola Municipal Marieta Miranda Couto, situada em Matias Barbosa, Minas Gerais, pois sabia que poderia escolher um livro e levá-lo para casa. Isso me permitia sonhar e viajar por meio das histórias. Ali nasceu meu amor pela docência e a certeza de que, um dia, estaria cercada por livros e crianças.

Escolhi o curso de Pedagogia por me interessar pela docência e pelas crianças. Amo aprender e ensinar. Essa troca me encanta desde a mais tenra idade.

Estudei sempre em escolas públicas e, até então, nunca havia estudado diretamente com colegas com deficiência no ensino regular. Conheci poucos deficientes durante minha infância, e essa ausência de contato me fez refletir, anos depois, sobre a importância da inclusão desde cedo. Hoje compreendo que essas pessoas estavam, de certa forma, “escondidas” da sociedade. Morando próximo de Barbacena à época, descobri, já adolescente, o terror que muitas dessas pessoas enfrentaram. Após a leitura do tocante livro da minha conterrânea, juiz-forana, a autora Daniela Arbex, *Holocausto Brasileiro: genocídio, 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*, compreendi ainda mais profundamente esse cenário, o que me causa dor na alma. É uma parte da história que eu gostaria de poder apagar e jamais permitir que se repita.

Ao ingressar no curso de Pedagogia, mergulhei intensamente na formação acadêmica e tive a oportunidade de compartilhar aprendizados com minhas antigas professoras, que ainda não tinham cursado o ensino superior. Estudar ao lado delas foi inspirador e reforçou minha paixão pela educação.

Assim que concluí o curso, fui aprovada em um concurso público em minha cidade natal. Retornar à escola onde estudei, agora como professora e bibliotecária, foi uma experiência emocionante e repleta de significado. Eu estava, enfim, cercada pelos livros que tanto amava e podia ser a ponte entre meu amor pelas páginas e as crianças. Foi um período tão

especial que meus olhos enchem-se de lágrimas por tudo que vivi ali. Tenho imensa gratidão por esse tempo e por tudo que aprendi.

Minha trajetória levou-me à Secretaria de Educação de Matias Barbosa, onde pude contribuir para a melhoria das escolas, adquirindo brinquedos, equipamentos, jogos e materiais pedagógicos de qualidade. Trabalhei no setor de licitações da educação por alguns anos. Ao escrever este relato, percebo que, até então (meados de 2013), os esforços voltados à inclusão ainda eram mínimos. A baixa demanda fazia com que os alunos com deficiência fossem quase invisíveis... Que triste realidade.

Um novo desafio me aguardava: a aprovação em dois concursos, um em Belo Horizonte, como professora da rede municipal, e outro para ¹supervisora escolar em Itabirito. Optei por Itabirito, onde atuo até hoje, trabalhando no ciclo de alfabetização da maior escola do município, com cerca de 1.200 alunos.

A Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira está inserida em um contexto de grande vulnerabilidade social e recebe muitos alunos oriundos de várias regiões do país, vindos com suas famílias em busca de oportunidades no setor de mineração.

Foi em Itabirito que tive meu primeiro contato direto com alunos da educação especial. Antes disso, enquanto professora, ainda não havia lecionado para nenhum educando desse público. Somente em 2017, ao mudar de cidade, vivi essa primeira experiência. Foi extremamente desafiador, pois eu não tinha essa vivência nem a formação necessária. Mas a vontade de aprender sempre esteve em mim. Percebi que nunca estamos totalmente prontos e que cada um desses alunos traz uma necessidade específica, exigindo esforços constantes para que possamos oferecer o que precisam. É gratificante colher os frutos desse trabalho. Isso, sim, não tem preço!

Apesar de alguns avanços significativos na inclusão, ainda enfrentamos grandes desafios. O acolhimento efetivo das famílias é um dos principais. Muitas chegam à escola despreparadas para lidar com a realidade de seus filhos, enquanto a própria escola nem sempre está estruturada para oferecer o suporte necessário. Como profissional, tenho buscado mediar essa relação, promovendo reuniões, formações e articulações com os serviços de apoio, com o objetivo de garantir um acompanhamento mais humano e eficiente.

A partir dessa trajetória, meu tema de pesquisa no TCC ganhou forma: “Mediação e inclusão: o papel do Especialista em Educação Básica na articulação entre família, escola e

¹ O cargo de supervisor escolar foi extinto após reforma administrativa e conforme LEI nº 3912/23 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito o cargo passa a enquadrar-se como Especialista em Educação Básica.

serviços de apoio externos especializados”. Acredito que esse profissional desempenha papel fundamental na construção de uma rede de apoio eficaz e no fortalecimento do vínculo entre escola e família, assegurando que nenhuma criança seja deixada para trás.

Refletindo sobre isso, percebo que o desafio não se limita à adaptação curricular, mas envolve a construção de um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor e acessível. O Especialista em Educação Básica precisa atuar como mediador, promovendo escuta ativa às famílias e garantindo que suas preocupações sejam consideradas no planejamento pedagógico. Além disso, é essencial fortalecer as parcerias com os serviços especializados de acompanhamento externo, assegurando que os alunos recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento integral.

A formação continuada dos professores também é indispensável nesse processo. Muitos educadores ainda se sentem inseguros diante da diversidade em sala de aula, o que reforça a necessidade de capacitação e apoio pedagógico constantes. O Especialista em Educação Básica tem papel essencial nesse contexto: promove formações, incentiva práticas inclusivas e oferece suporte técnico à equipe escolar.

Uma atuação articulada contribui para a construção de uma cultura inclusiva dentro da escola, estimulando uma visão mais ampla da inclusão, tornando-a parte da identidade escolar. Quando há um compromisso coletivo, a inclusão deixa de ser um desafio isolado e passa a ser uma prática natural, garantindo que cada aluno seja respeitado e tenha acesso a uma educação de qualidade.

A cada dia, cresce a demanda de alunos da educação especial e, com ela, a necessidade de constante atualização para oferecer um ensino de qualidade e humanizado. Afinal, cada aluno é único e traz consigo demandas específicas. Quero, como profissional e como pessoa, capacitar-me cada vez mais para oferecer o melhor ensino possível a esse público, pois aprendo mais com eles do que em qualquer faculdade. Eles me ensinam, todos os dias, a ser um ser humano melhor.

Sigo nessa jornada de aprendizado e aprimoramento, motivada pela esperança de contribuir para uma educação mais justa e igualitária para todos.

Aqui, pude reviver tudo aquilo que me fez ser a Monique de hoje: uma sonhadora incansável, em busca de melhoria interna e externa. Afinal, somos passageiros neste mundo, e precisamos deixar boas sementes.

2 METODOLOGIA

2.1 A abordagem metodológica e o método de pesquisa

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e busca compreender os processos, práticas e desafios relacionados à inclusão escolar no contexto da Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, situada em Itabirito, Minas Gerais. A opção pela pesquisa qualitativa justifica-se pela sua capacidade de permitir uma análise aprofundada dos fenômenos educativos, considerando a complexidade das relações humanas e os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela investigação em ambientes naturais, onde o pesquisador é o principal instrumento na coleta e interpretação dos dados, buscando compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes. Para Ludke e André (1986), esse tipo de pesquisa prioriza mais os processos do que os resultados, permitindo uma visão holística da realidade, especialmente útil quando se deseja interpretar práticas pedagógicas e dinâmicas institucionais.

A escolha por essa metodologia fundamenta-se na necessidade de compreender, de forma contextualizada, como se dá a atuação do Especialista em Educação Básica na mediação entre escola, família e serviços de apoio externos especializados, sobretudo no que se refere ao atendimento dos alunos público-alvo da educação especial.

Os procedimentos metodológicos adotados envolveram três principais instrumentos de coleta de dados:

- 1) Observação participante: realizada no ambiente escolar, durante o exercício da minha função como Especialista em Educação Básica. A observação possibilitou o acompanhamento das práticas pedagógicas, das interações entre os diferentes agentes escolares, das reuniões com famílias e dos encontros com os serviços externos. Conforme Ludke e André (1986), a observação permite captar o funcionamento real da instituição, revelando dinâmicas, práticas e desafios que nem sempre são explicitados em documentos formais.
- 2) Análise documental: foi realizada a partir do exame de documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), documentos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Itabirito, Plano de Cargos e Salários, legislações federais, estaduais e municipais, além de registros internos da escola. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a análise documental permite compreender os referenciais normativos e

institucionais que orientam as práticas escolares, além de fornecer dados complementares à observação.

- 3) Relato reflexivo: construído com base nas experiências vivenciadas no exercício da função de Especialista em Educação Básica, possibilitando uma análise crítica das práticas adotadas, dos desafios enfrentados e das estratégias desenvolvidas. Como destacam Bogdan e Biklen (1994), o relato reflexivo é um recurso valioso na pesquisa qualitativa, pois permite ao pesquisador integrar suas experiências pessoais e profissionais ao processo de investigação, ampliando a compreensão dos fenômenos estudados.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho de 2024 e maio de 2025, período no qual foram acompanhadas as rotinas escolares, as ações de acompanhamento pedagógico, a implementação do novo modelo de PDI adotado pela rede e os processos de articulação entre escola, famílias e serviços externos especializados.

A utilização desses instrumentos permitiu uma análise robusta e contextualizada, contribuindo para compreender como o Especialista em Educação Básica atua como mediador no processo de inclusão escolar, além de evidenciar os desafios e as possibilidades que se apresentam no cotidiano da prática profissional.

2.2 Considerações éticas

Por tratar-se de uma pesquisa inserida na prática profissional e no cotidiano escolar, não houve coleta de dados sensíveis ou entrevistas formais com sujeitos identificados. As informações utilizadas preservam o anonimato dos estudantes, famílias e profissionais envolvidos. Todos os registros e relatos foram tratados com responsabilidade ética, seguindo os princípios da confidencialidade e do respeito à dignidade humana.

3 REFERÊNCIAS TEÓRICAS

3.1 Conceitos de educação inclusiva e legislação pertinente

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades específicas, têm o direito de aprender juntos em ambientes educacionais comuns. Esse conceito ganhou destaque internacionalmente com a Declaração de Salamanca (1994), que enfatiza a necessidade de escolas regulares acolherem todas as crianças, promovendo a inclusão como forma de combater atitudes discriminatórias e de construir sociedades mais justas e democráticas. Esse foi um avanço extremamente importante.

No Brasil, a educação inclusiva é respaldada por uma série de legislações e políticas públicas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, reforça esse direito ao dispor sobre a necessidade de currículos, métodos, técnicas, recursos e organização educacional voltados para atender às especificidades dos estudantes da educação especial.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) representa um marco importante ao propor a transformação dos sistemas educacionais, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, em classes comuns do ensino regular.

3.2 Legislação da educação especial: breve histórico, avanços e implicações para a mediação inclusiva

A trajetória da educação especial no Brasil reflete as mudanças sociais e políticas na forma como a deficiência tem sido percebida ao longo do tempo. Pode-se dividir essa história em três grandes fases: assistencialista, integracionista e inclusiva.

- Fase assistencialista (até a década de 1960):

Durante o século XIX e início do XX, o atendimento às pessoas com deficiência era pautado pela caridade e pela lógica da segregação. Instituições como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854, atual Instituto Benjamin Constant) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1857) operavam fora do sistema de ensino regular e sem articulação com ele.

- Fase integracionista (décadas de 1970 e 1980):

Nesse período, surgem iniciativas voltadas à integração do aluno com deficiência ao ensino regular, desde que este se adaptasse às exigências da escola. A prioridade era a adequação do sujeito, não a transformação do ambiente escolar. A presença de profissionais especializados começava a se tornar necessária, mas sua atuação era geralmente restrita a espaços separados ou ações isoladas.

- Fase inclusiva (a partir da década de 1990):

Com a promulgação da Constituição de 1988 e a adesão à Declaração de Salamanca, inicia-se um novo paradigma: o da educação inclusiva, centrado na valorização da diversidade e na eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação. A escola passa a ser convocada a se reestruturar para garantir o direito de todos os estudantes à aprendizagem, exigindo novos papéis para os gestores e profissionais da educação.

Neste contexto, o Especialista em Educação Básica assume papel estratégico como articulador do processo de inclusão, mediando ações pedagógicas, promovendo formação continuada e coordenando a comunicação entre professores, famílias e serviços de apoio externos. Sua atuação torna-se essencial para a construção de uma cultura escolar inclusiva e para o cumprimento das diretrizes legais.

3.3 Principais legislações da educação especial no Brasil

3.3.1 Constituição Federal de 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é o principal alicerce jurídico do país e representa um marco histórico na garantia dos direitos sociais, entre eles, o direito à educação. Conhecida como a “Constituição Cidadã”, o texto constitucional estabelece, em seu artigo 205, já citado anteriormente nesse trabalho, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho.

No que se refere à educação especial, o artigo 208, inciso III, assegura como dever do Estado a “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Esse dispositivo constitucional rompe com as práticas segregadoras do passado e inaugura um novo paradigma: o da inclusão escolar como direito fundamental e inalienável.

Essa diretriz coloca a escola no centro da responsabilidade pela construção de ambientes educacionais acessíveis e adaptados às necessidades de todos os estudantes. A educação

especial, portanto, passa a ser entendida não como substitutiva, mas complementar ao ensino comum, exigindo a reestruturação das instituições para acolher e promover o aprendizado de alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.

Neste contexto, a atuação do Especialista em Educação Básica revela-se fundamental para que os preceitos constitucionais se concretizem no cotidiano escolar. Como mediador das práticas pedagógicas, esse profissional tem a responsabilidade de:

- Garantir que as adaptações e os apoios previstos em lei sejam efetivados;
- Promover ações de sensibilização e formação junto à equipe escolar sobre o direito à educação inclusiva;
- Assegurar que o projeto político-pedagógico da escola esteja alinhado aos princípios constitucionais de igualdade, equidade e respeito à diversidade;
- Coordenar, de forma colaborativa, o trabalho entre professores, famílias e serviços especializados, fortalecendo a rede de apoio ao aluno.

Assim, a Constituição Federal de 1988 não apenas consagra a inclusão escolar como direito legal, mas também impõe à gestão educacional o dever ético e político de garantir condições reais para que esse direito seja vivido plenamente. Ao assumir esse compromisso, o Especialista em Educação Básica torna-se uma figura central na construção de uma escola democrática, inclusiva e socialmente justa.

3.3.2 Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constitui o principal marco regulatório da educação brasileira. Ao definir os fundamentos, princípios e objetivos do sistema educacional, a LDB reconhece a educação especial como modalidade transversal, garantindo sua oferta em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

A LDB representa um avanço significativo ao romper com o paradigma da exclusão e reafirmar o direito de todos os alunos à educação, com especial atenção àqueles com necessidades educacionais específicas. Nos artigos 58, 59 e 60, encontram-se os principais dispositivos legais relacionados à educação especial, com destaque para:

- Art. 58: define a educação especial como modalidade de ensino destinada a atender educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino;

- Art. 59: determina que os sistemas de ensino assegurem currículos, métodos, técnicas, recursos e organização específicos para atender às peculiaridades dos alunos da educação especial;
- Art. 60: incentiva a formação de professores especializados e a oferta de serviços de apoio pedagógico para garantir a aprendizagem e a participação dos estudantes com deficiência.

Esses dispositivos conferem legitimidade às práticas inclusivas e exigem que as escolas estejam organizadas para atender à diversidade, promovendo condições de acesso, permanência e sucesso escolar para todos os estudantes. Tais orientações, entretanto, não se implementam de forma automática: dependem da mediação qualificada dos profissionais da educação e da atuação integrada das equipes escolares.

Nesse cenário, o Especialista em Educação Básica assume papel estratégico. Como articulador pedagógico da escola, cabe a ele assegurar que os princípios da LDB se materializem nas práticas cotidianas. Isso implica:

- Apoiar os professores na elaboração de planejamentos adaptados e na escolha de metodologias inclusivas;
- Garantir que os recursos e serviços previstos em lei estejam disponíveis e sejam utilizados de forma eficaz;
- Promover a formação continuada da equipe docente, com foco nas práticas inclusivas e na valorização da diversidade;
- Estimular o trabalho colaborativo entre os diferentes atores da escola, a família e os serviços de apoio externos especializados.

A LDB, ao reconhecer a educação como direito de todos, impõe às instituições escolares o dever de se reorganizarem para garantir que esse direito seja efetivamente exercido. A atuação do Especialista em Educação Básica é fundamental nesse processo, pois ele atua como elo entre a legislação e a realidade concreta da escola, assegurando que os marcos legais não permaneçam apenas no papel, mas se traduzam em ações inclusivas e transformadoras.

Assim, a Lei nº 9.394/ 1996 estabelece as bases legais para a construção de uma escola democrática, plural e inclusiva, sendo o Especialista em Educação Básica um agente essencial para que esses princípios orientem e qualifiquem o cotidiano escolar.

3.3.3 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), publicada pelo Ministério da Educação em 2008, representa um marco na consolidação do direito de todos os alunos à aprendizagem em ambientes educacionais comuns. Ao romper com o modelo de segregação e propor uma transformação estrutural dos sistemas de ensino, esse documento reafirma que a inclusão escolar deve ser parte indissociável de uma educação de qualidade e equitativa.

A PNEEPEI amplia o conceito de educação especial, incluindo como público-alvo não apenas os estudantes com deficiência, mas também aqueles com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/ superdotação. Ela estabelece como princípio central a matrícula em classes comuns do ensino regular, com o devido suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve ocorrer de forma complementar e articulada ao trabalho realizado na sala de aula regular.

Entre seus principais eixos orientadores, destacam-se:

- A organização de sistemas educacionais inclusivos, com foco na eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais à participação e à aprendizagem de todos os alunos;
- A valorização da gestão escolar como elemento estratégico para a inclusão, estimulando lideranças comprometidas com a equidade;
- A implementação de salas de recursos multifuncionais, equipadas com materiais e tecnologias assistivas, como espaços de apoio pedagógico especializado;
- A formação inicial e continuada dos profissionais da educação, especialmente daqueles que atuam diretamente com o público da educação especial.

Nesse contexto, o papel do Especialista em Educação Básica é fortalecido como figura-chave para garantir que os princípios da política se traduzam em práticas concretas. Cabe a esse profissional articular os diferentes segmentos da comunidade escolar, apoiar os docentes na adaptação curricular, promover o planejamento pedagógico coletivo e assegurar que os direitos dos alunos público-alvo da educação especial sejam plenamente respeitados.

A PNEEPEI exige um novo olhar sobre a organização escolar, requerendo o comprometimento de todos os agentes educacionais e, sobretudo, uma liderança pedagógica capaz de sustentar e orientar o processo de transformação. O Especialista em Educação Básica, ao assumir esse protagonismo, contribui diretamente para o fortalecimento de uma cultura de inclusão baseada na convivência com a diversidade, na escuta sensível e na corresponsabilidade.

Assim, a Política Nacional de 2008 aqui citada não é apenas um marco legal, mas um chamado à ação cotidiana, exigindo mediação qualificada e ações articuladas. A aplicação de seus princípios, especialmente em contextos desafiadores como o da Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, dependerá da atuação ética, técnica e comprometida do Especialista em Educação Básica, enquanto elo entre as diretrizes legais e a realidade escolar.

3.3.4 Lei nº 12.764/2012 - Lei Berenice Piana

A Lei nº 12.764, sancionada em 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conhecida como Lei Berenice Piana, em homenagem à mãe de um jovem autista que lutou pelos direitos das pessoas com TEA, a legislação representa um marco significativo no reconhecimento e na proteção dos direitos dessas pessoas no Brasil.

Principais avanços da Lei:

- A Lei equipara as pessoas com TEA às pessoas com deficiência, garantindo a elas todos os direitos previstos na legislação brasileira para esse público, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
- Garante a matrícula em escolas regulares sem discriminação, vedando expressamente a recusa de matrícula por parte de instituições públicas ou privadas, sob pena de multa e outras sanções.
- Assegura o direito a recursos de apoio individualizado, como profissionais de apoio escolar, para garantir o acesso ao currículo e a participação plena do estudante com TEA nas atividades escolares.
- Enfatiza a necessidade de uma atuação conjunta entre os setores de educação, saúde e assistência social, com vistas a uma abordagem integrada e eficaz no atendimento às pessoas com TEA. Nesse contexto, o Especialista em Educação Básica atua como articulador essencial, promovendo o diálogo entre os diferentes serviços e garantindo que o estudante receba os apoios adequados em todos os âmbitos de sua vida.
- A Lei também reforça a necessidade de formação continuada dos profissionais que atuam diretamente com pessoas com TEA, incluindo professores, profissionais de saúde e assistência social.
- Garante acesso prioritário a diagnósticos precoces, tratamentos multiprofissionais e políticas públicas de inclusão social, respeitando as particularidades e necessidades de cada indivíduo com TEA.

A Lei Berenice Piana é fundamental para consolidar o direito à educação inclusiva de qualidade para pessoas com TEA. Ela reforça a responsabilidade do Estado, das escolas e da sociedade civil em garantir não apenas o acesso, mas a permanência, participação e aprendizagem desses estudantes em ambientes inclusivos.

Além disso, destaca-se o papel do Especialista em Educação Básica na mediação entre os diferentes setores envolvidos, favorecendo práticas pedagógicas adaptadas, apoio familiar e encaminhamentos adequados para os serviços especializados.

3.3.5 Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão (LBI)

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi sancionada em 6 de julho de 2015 e entrou em vigor em janeiro de 2016. Ela regulamenta os direitos das pessoas com deficiência, promovendo sua dignidade, cidadania, igualdade de oportunidades e inclusão social.

Inspirada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, com status constitucional desde o Decreto nº 6.949/2009, a LBI representa um avanço na efetivação dos direitos desse grupo no Brasil, especialmente no campo da educação inclusiva.

Principais garantias da LBI na educação:

- A LBI assegura que pessoas com deficiência tenham acesso à educação em todos os níveis, sem discriminação e com igualdade de oportunidades. Isso inclui desde a educação infantil até o ensino superior, em instituições públicas e privadas.
- A Lei proíbe que escolas privadas cobrem taxas extras pela matrícula ou permanência de estudantes com deficiência, o que configura discriminação e fere o princípio da igualdade.
- Obrigatoriedade de acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional.

A acessibilidade é tratada de forma ampla:

- a) Arquitetônica: adaptações físicas nos espaços escolares (salas, banheiros, entradas, etc.).
- b) Pedagógica: materiais e métodos de ensino adaptados às necessidades dos alunos.
- c) Comunicacional: recursos como Libras, braile, audiodescrição, ²tecnologias assistivas e intérpretes.

² Tecnologias assistivas são recursos, dispositivos, serviços e metodologias que visam a funcionalidade, autonomia, independência e inclusão social de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

- A LBI determina a oferta de profissionais de apoio escolar para auxiliar estudantes com deficiência em suas atividades de cuidado pessoal, locomoção, alimentação, comunicação, entre outras, sempre que necessário para garantir a plena participação e o aprendizado.
- Prevê a formação continuada dos profissionais da educação para atuar de forma qualificada no atendimento aos alunos com deficiência, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e colaborativas.

A LBI fortalece o papel do Especialista em Educação Básica como mediador entre os diferentes setores envolvidos na inclusão escolar. Esse profissional atua na articulação entre escola, família e serviços especializados; Contribui para o planejamento e adequação curricular; Apoia os professores no uso de estratégias inclusivas e no acompanhamento das necessidades específicas de cada estudante; Participa da construção de uma cultura escolar inclusiva, que valoriza a diversidade e combate todas as formas de discriminação.

3.3.6 Importância das políticas estaduais e municipais

Além das normativas nacionais, as políticas públicas estaduais e municipais desempenham papel decisivo na concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva. São elas que operam diretamente na realidade das escolas, possibilitando a adaptação das diretrizes gerais às especificidades locais e ao cotidiano da comunidade escolar.

Em Itabirito, a adoção do novo modelo de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), implementado em 2025, é um exemplo claro de como as políticas municipais podem dialogar com as diretrizes nacionais e promover avanços significativos. O PDI local tornou-se uma ferramenta estratégica para o acompanhamento pedagógico dos alunos público-alvo da educação especial, permitindo uma intervenção mais eficaz e centrada nas reais necessidades de cada estudante.

Cabe destacar que a atuação do Especialista em Educação Básica, neste contexto, exige um posicionamento proativo e comprometido com a eliminação de barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais. Isso implica não apenas conhecer e aplicar as políticas públicas, mas também atuar como articulador das ações que garantam seu cumprimento efetivo. Adaptações curriculares, flexibilização de metodologias, formação docente e acolhimento das famílias são algumas das estratégias que precisam ser incentivadas e mediadas por esse profissional.

O percurso histórico e legal da educação especial no Brasil aponta para uma trajetória de avanços significativos rumo à equidade, à participação e à aprendizagem de todos. No

entanto, a efetivação desses princípios no chão da escola depende diretamente da mediação crítica e atuante do Especialista em Educação Básica.

Dessa forma, compreende-se que a consolidação de uma cultura escolar inclusiva não se esgota na existência de leis e políticas bem elaboradas, mas se materializa na atuação cotidiana dos sujeitos que vivem e constroem a escola. O Especialista em Educação Básica, nesse processo, é peça-chave na articulação entre escola, família e serviços especializados, sendo responsável por transformar os marcos legais em práticas significativas e humanizadoras.

A seguir, será discutido com maior profundidade o papel do Especialista em Educação Básica na inclusão escolar, evidenciando como suas atribuições podem contribuir para a construção de uma rede de apoio integrada e colaborativa.

4 O PAPEL DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA NA INCLUSÃO ESCOLAR

O Especialista em Educação Básica desempenha um papel essencial na promoção de práticas inclusivas nas instituições escolares. Suas atribuições abrangem desde a coordenação pedagógica até a formação continuada dos docentes e a articulação entre escola, família e serviços de apoio especializados. Ao mediar essas relações, esse profissional assegura que as políticas de inclusão sejam efetivamente implementadas, promovendo um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades de todos os alunos.

Compete a esse profissional orientar e acompanhar a prática pedagógica, garantindo que os recursos e serviços de apoio sejam utilizados de maneira a favorecer a aprendizagem e a participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Além disso, cabe ao Especialista em Educação Básica fomentar a cultura inclusiva na escola, sensibilizando a comunidade escolar quanto à importância da diversidade e do respeito às diferenças.

Embora o documento oficial que define as atribuições do Especialista em Educação Básica não destaque explicitamente seu papel em relação aos estudantes com deficiência, todas as atividades pertinentes ao cargo abrangem também esse público. Portanto, a inclusão deve ser entendida como parte indissociável das responsabilidades do cargo, que precisa assumir uma postura ativa na articulação das ações voltadas à equidade.

4.1 A relação entre escola, família e serviços de apoio externos especializados

A efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige a constituição de uma rede de colaboração sólida entre escola, família e serviços de apoio externos especializados. Essa articulação é essencial para assegurar que as necessidades dos alunos público-alvo da educação especial sejam plenamente atendidas, garantindo não apenas o acesso à escola, mas também sua permanência e sucesso.

A escola, enquanto espaço formativo por excelência, precisa estabelecer uma relação de parceria com as famílias, reconhecendo-as como copartícipes do processo educativo. O envolvimento das famílias possibilita uma troca constante de informações, permitindo que as estratégias pedagógicas sejam ajustadas às especificidades de cada aluno. Quando se sentem acolhidas e respeitadas, as famílias tornam-se grandes aliadas no desenvolvimento das habilidades dos estudantes, contribuindo para a superação de barreiras e para a valorização de cada conquista.

Nesse processo, a escuta ativa se revela fundamental. O acolhimento das experiências, dúvidas e angústias das famílias contribui para a construção de uma relação de confiança, elemento imprescindível ao êxito da inclusão. Como observa Davis (2006, p. 144), “a construção de uma parceria entre escola e família exige reconhecimento mútuo de saberes, disposição para o diálogo e superação de uma lógica hierárquica que historicamente marcou essa relação”.

Cabe ao Especialista em Educação Básica criar espaços de escuta qualificada, nos quais os responsáveis possam compartilhar percepções, expectativas e receios em relação à escolarização de seus filhos. Reuniões individualizadas, atendimentos acolhedores e uma postura empática são estratégias que fortalecem esse vínculo. O Especialista em Educação Básica atua, assim, como ponte entre os saberes da escola e os saberes familiares, promovendo soluções conjuntas para os desafios do cotidiano escolar.

Ao valorizar o conhecimento que as famílias possuem sobre seus filhos e ao incluí-las nas decisões pedagógicas, a escola rompe com a lógica tradicional que centraliza o saber no espaço escolar. Essa parceria precisa ser orientada pelos princípios da escuta, do respeito e da corresponsabilidade, princípios que devem nortear a prática do Especialista em Educação Básica.

Os serviços de apoio externos especializados, como o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij), o Centro Especializado de Reabilitação (CER II), as Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de profissionais de áreas como psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e assistência social, compõem uma rede indispensável à promoção de uma inclusão real.

Neste cenário, o Especialista em Educação Básica desempenha papel articulador, garantindo que a comunicação entre todos os agentes seja clara, contínua e eficaz. Ele deve promover reuniões periódicas, acompanhar a execução das estratégias definidas, orientar as famílias sobre seus direitos e sobre os recursos disponíveis. Essa mediação favorece intervenções pedagógicas alinhadas e oportunas, além de fortalecer os vínculos entre os diferentes segmentos envolvidos na formação dos alunos.

Como afirma Mantoan (2006), a inclusão escolar exige uma mudança no funcionamento das escolas, para que possam acolher e educar todos os alunos, sem nenhuma exclusão. Essa transformação não ocorre de forma espontânea, exige diálogo, escuta ativa e cooperação entre todos os envolvidos no processo educativo.

A construção dessa rede de apoio requer intencionalidade, planejamento e compromisso coletivo. A atuação do Especialista em Educação Básica, ao promover essa articulação entre

escola, família e serviços especializados, é central para consolidar uma escola inclusiva, na qual cada aluno seja respeitado em sua singularidade e tenha assegurado o direito à aprendizagem e à participação social plena.

5 ATRIBUIÇÕES DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

5.1 Mapeamento das atribuições do cargo de Especialista em Educação Básica na rede municipal de Itabirito

Esse mapeamento permite avaliar se as atribuições formais atendem às demandas de cada uma dessas áreas, possibilitando ajustes que melhorem a eficácia da função de Especialista em Educação Básica. Além disso, ajuda a identificar possíveis sobrecargas ou deficiências no cargo, o que pode orientar a alocação de recursos e o desenvolvimento de novas estratégias de atuação.

A partir dessa análise, a rede municipal de Itabirito poderá adequar o papel dos especialistas em educação básica para que eles estejam mais alinhados com as necessidades práticas da escola, beneficiando assim o processo educacional como um todo.

Destacar a interseção do trabalho do Especialista em Educação Básica junto à modalidade da educação especial, neste ponto, foi importante o recorte mencionado para que possamos ampliar o entendimento acerca das atividades cotidianas que esse profissional desempenha, ou deveria desempenhar, para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem do estudante da educação especial, pois é fundamental para promover a inclusão e o desenvolvimento pleno dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, o seu papel ganha uma dimensão crucial, pois ele é a ponte entre a política de educação inclusiva e sua prática efetiva no ambiente escolar. Esse enfoque permite aprofundar o entendimento sobre as atividades e o apoio que desempenha, ou deveria desempenhar, para garantir que o processo de ensino-aprendizagem dos alunos da educação especial seja o mais equitativo e acessível possível.

Para o exercício da função de Especialista em Educação Básica, exige-se, até o ano de 2015 (edital de concurso público da Prefeitura Municipal de Itabirito 03/2015), formação em curso superior de Pedagogia com habilitação específica em Supervisão Escolar e experiência docente de no mínimo seis meses. A partir do último concurso público realizado na mesma cidade (edital 01/2023), torna-se necessário possuir graduação em Pedagogia ou em curso Normal Superior, acrescida de especialização (pós-graduação) em Supervisão Escolar, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), além de comprovação de, no mínimo, cinco anos de experiência docente. Compete a esse profissional supervisionar as ações pedagógicas no âmbito da Educação Básica, assessorando o corpo docente e discente na elaboração, desenvolvimento e acompanhamento de projetos educacionais. Para tanto, deve

aplicar metodologias e técnicas que favoreçam e qualifiquem o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo de forma significativa para a melhoria da prática pedagógica e para a elevação da qualidade da educação oferecida. O exercício da função requer ainda a participação em capacitação específica, por meio de treinamento introdutório, no qual são desenvolvidos conhecimentos teórico-práticos voltados à execução de tarefas próprias da área pública e relativas à sua área de atuação. A jornada de trabalho semanal é diferenciada, fixada em 25 horas (edital 03/2015), conforme a necessidade da unidade de trabalho e atualmente de 30 horas para os novos servidores (edital 01/2023).

O Especialista em Educação Básica desempenha um papel essencial na gestão pedagógica da escola, sendo responsável por acompanhar e orientar a execução do plano de curso, bem como pelo desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica. Suas atribuições envolvem o assessoramento contínuo ao corpo docente, tanto individual quanto coletivamente, promovendo práticas interdisciplinares e incentivando a melhoria constante do ensino. Também participa ativamente na elaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico (PPP), coordena conselhos de classe, organiza cronogramas de avaliação, analisa os resultados de avaliações internas e externas e propõe intervenções pedagógicas baseadas em dados diagnósticos. Além disso, supervisiona projetos, eventos escolares, excursões e ações de integração entre família e escola, contribuindo para a construção de um ambiente escolar democrático, inclusivo e participativo. Cabe ainda ao Especialista em Educação Básica promover a formação continuada dos professores, assegurar a atualização dos registros pedagógicos, zelar pelo cumprimento das normas institucionais e apoiar a equipe gestora em assuntos técnico-pedagógicos.

Para o desempenho eficiente de suas funções, o Especialista em Educação Básica deve reunir um conjunto de competências técnico-operacionais e relacionais. Entre as competências técnicas, destacam-se a capacidade de observação, análise crítica, resolução de problemas, criatividade, proatividade, responsabilidade e habilidade para comunicação clara e eficaz. No âmbito relacional, é fundamental que o profissional demonstre respeito às diferenças, capacidade de trabalho em equipe, ética, equilíbrio emocional, empatia, integridade e disposição para lidar com conflitos e mudanças com flexibilidade e bom senso. A autocrítica, o autoconhecimento, a resiliência e a busca constante por atualização profissional também são aspectos indispensáveis à prática supervisora, garantindo a mediação eficaz entre os diversos atores escolares e o fortalecimento dos processos de ensino-aprendizagem.

5.2 Análise das atribuições do Especialista em Educação Básica na perspectiva da Educação Especial

A análise das atribuições do cargo de Especialista em Educação Básica, conforme estabelecidas no Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Itabirito, revela um escopo de responsabilidades que, embora não nomeie diretamente o público da educação especial, oferece margem significativa para atuação estratégica em favor da inclusão.

Dentre as atribuições listadas, destacam-se ações que envolvem o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, a mediação entre escola e família, o planejamento pedagógico coletivo, a formação continuada dos docentes e a articulação com serviços especializados. Todas essas funções, quando exercidas de forma propositiva e com intencionalidade inclusiva, contribuem diretamente para a garantia dos direitos educacionais dos alunos público-alvo da educação especial.

Particularmente, a atribuição de “encaminhar os alunos que apresentem algum tipo de dificuldade específica, de acordo com diagnóstico de especialistas, às instituições especializadas do município” evidencia a interface direta com a educação especial. Essa função coloca o Especialista em Educação Básica como agente responsável por promover a intersectorialidade entre educação, saúde e assistência social, articulando os apoios necessários ao desenvolvimento integral do estudante.

Além disso, ao “planejar, executar, acompanhar, avaliar e registrar as atividades dos diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva integradora e de trabalho coletivo”, o Especialista em Educação Básica assume papel central na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Essa perspectiva integradora está alinhada às diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008; 2024), que orientam para a atuação colaborativa entre todos os profissionais da escola em favor da aprendizagem de todos os alunos.

O desafio, portanto, reside na releitura dessas atribuições à luz dos princípios da educação inclusiva, compreendendo que a inclusão não se concretiza apenas por meio de ações específicas, mas por meio da transformação das práticas institucionais como um todo. Cabe ao Especialista em Educação Básica ressignificar seu papel dentro da escola, ultrapassando a dimensão burocrática da supervisão e assumindo o compromisso ético e político com uma educação de qualidade para todos.

Assim, a atuação efetiva desse profissional exige competências técnicas e relacionais que permitam mediar conflitos, identificar barreiras à aprendizagem e à participação, mobilizar a equipe escolar, e dialogar com as famílias e os serviços de apoio. A transversalidade da educação especial nas atribuições do Especialista em Educação Básica demanda uma postura crítica, sensível às singularidades dos estudantes e comprometida com a justiça social.

Portanto, ao se apropriar criticamente de suas atribuições e interpretá-las sob a ótica da inclusão, o Especialista em Educação Básica potencializa sua ação pedagógica e amplia as possibilidades de garantir uma escola que acolhe, respeita e valoriza as diferenças.

5.3 Plano De Desenvolvimento Individual (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é uma ferramenta essencial no contexto da educação inclusiva, especialmente na rede municipal de Itabirito, onde se busca garantir que cada estudante, principalmente aqueles público-alvo da educação especial, tenha suas necessidades específicas reconhecidas e atendidas. De acordo com Smith (2008), a personalização do ensino é crucial para que as adaptações curriculares se tornem efetivas e promovam reais oportunidades de aprendizagem para todos.

O PDI é, portanto, um documento que vai além do mero registro burocrático, trata-se de um instrumento estratégico para assegurar que a escola promova uma educação personalizada, equitativa e centrada no desenvolvimento integral do aluno.

A atuação do Especialista em Educação Básica, nesse cenário, é determinante para a efetividade do PDI. Cabe a esse profissional coordenar a elaboração do documento em conjunto com os professores, profissionais de apoio, família e, sempre que possível, com os próprios serviços especializados externos (BRASIL, 2024a). Dessa forma, o PDI torna-se um reflexo da articulação entre os diferentes agentes envolvidos na trajetória escolar do aluno, servindo como fio condutor das ações pedagógicas e de acompanhamento.

Ao integrar a realidade da Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, observa-se que a implementação do novo modelo de PDI em 2025 potencializou as práticas inclusivas, oferecendo maior clareza sobre as necessidades individuais dos estudantes e proporcionando uma orientação precisa para as intervenções pedagógicas (BRASIL, 2024b). Este documento tem sido essencial para promover não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento socioemocional e a autonomia dos estudantes com deficiência.

5.3.1 Características gerais do documento

O Plano de Desenvolvimento Individual caracteriza-se por sua estrutura flexível e personalizada, permitindo o registro detalhado das necessidades educacionais específicas de cada aluno, suas potencialidades, os apoios necessários e as estratégias pedagógicas a serem adotadas (SMITH, 2008).

Entre suas principais características, destacam-se:

- Diagnóstico inicial detalhado, que inclui informações provenientes de laudos médicos, avaliações pedagógicas e observações do cotidiano escolar (BRASIL, 2024a).
- Definição de objetivos claros e realistas, considerando tanto as competências acadêmicas quanto as habilidades socioemocionais que o aluno precisa desenvolver (BOGDAN; BIKLEN, 1994).
- Planejamento de estratégias pedagógicas adaptadas, como o uso de materiais diferenciados, metodologias ativas e recursos de acessibilidade (UNESCO, 1994).
- Distribuição de responsabilidades, especificando o papel de cada profissional envolvido (professor regente, profissional de apoio, Especialista em Educação Básica, família e serviços externos) (BRASIL, 2024b).
- Cronograma de avaliações periódicas e qualitativas, garantindo o monitoramento contínuo da evolução do estudante (BRASIL, 2008).

O PDI, portanto, cumpre a função de nortear o trabalho da escola de maneira sistemática e articulada, funcionando como um instrumento de acompanhamento constante e de ajuste das práticas pedagógicas à realidade de cada aluno.

5.3.2 Contribuição para a inclusão e acompanhamento do ensino

A principal contribuição do PDI para a inclusão escolar reside na sua capacidade de individualizar o processo de ensino e aprendizagem, respeitando o ritmo, os interesses e as necessidades específicas de cada aluno (SMITH, 2008). Ao contrário de propostas padronizadas, que muitas vezes desconsideram as particularidades dos estudantes com deficiência, o PDI assegura que as estratégias pedagógicas sejam moldadas conforme as singularidades de cada trajetória.

No cotidiano da Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, o uso do PDI tem permitido uma maior visibilidade das conquistas e desafios enfrentados pelos alunos da educação especial, favorecendo o planejamento de ações pedagógicas mais assertivas e inclusivas. Além disso, o documento promove a corresponsabilização de todos os envolvidos no processo educativo, fortalecendo a parceria entre escola, família e serviços de apoio externos especializados (BRASIL, 2024a).

Outro aspecto relevante é que o PDI contribui para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação formativa, centrada na identificação de avanços e na superação de barreiras à aprendizagem (BRASIL, 2024b). Esse enfoque possibilita que a equipe escolar não apenas reconheça as necessidades de apoio dos alunos, mas também celebre suas conquistas, estimulando sua autoestima e motivação para a aprendizagem.

Por meio do PDI, o Especialista em Educação Básica também pode orientar melhor as práticas dos professores, sugerindo adaptações curriculares e metodológicas alinhadas às necessidades do aluno (BRASIL, 2024c). A elaboração e atualização do documento promovem momentos de reflexão coletiva, que enriquecem o trabalho pedagógico e ampliam as possibilidades de inclusão efetiva.

5.3.3 Interface com a plataforma digital

A integração do PDI à plataforma digital da Secretaria Municipal de Educação de Itabirito representa um avanço significativo na gestão das informações pedagógicas dos alunos da educação especial. A plataforma facilita a postagem dos documentos, registro, o acompanhamento e a atualização contínua do plano, garantindo maior agilidade na comunicação entre os profissionais da escola e os gestores da rede de ensino.

Essa interface digital permite que os dados sejam acessados de forma ágil e compartilhada, otimizando o trabalho colaborativo entre os diversos agentes envolvidos no processo educativo. Especialistas em educação básica, gestores e até mesmo os serviços externos podem, mediante autorização, acessar informações relevantes sobre os estudantes, o que contribui para intervenções mais rápidas e alinhadas.

Além disso, a utilização da plataforma potencializa a análise dos dados em nível institucional, possibilitando que a Secretaria de Educação acompanhe de forma macro a implementação das políticas inclusivas e identifique as necessidades de formação e investimento da rede (BRASIL, 2024a). Para o Especialista em Educação Básica, essa ferramenta se torna imprescindível na organização das ações pedagógicas e no monitoramento das metas estabelecidas no PDI.

Outro benefício é a facilidade na atualização das informações. Como o desenvolvimento dos alunos não é linear e demanda constantes ajustes nas estratégias de ensino, a plataforma digital oferece praticidade para que as atualizações sejam feitas em tempo real, garantindo que o acompanhamento seja dinâmico e efetivo.

Assim, a interface do PDI com a plataforma digital não apenas moderniza os processos administrativos, mas, sobretudo, fortalece o compromisso da rede municipal com a inclusão escolar, promovendo maior eficiência e qualidade no atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial.

5.4 Desafios e possibilidades na prática cotidiana

A prática cotidiana na escola envolve uma série de desafios, principalmente quando se trata de garantir uma educação inclusiva de qualidade para alunos com necessidades especiais. Aqui serão abordadas as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de educação, bem como as estratégias que podem ser adotadas para superar tais obstáculos, assegurando que a inclusão não seja apenas um conceito, mas uma realidade vivida no dia a dia da escola.

No contexto escolar, o Especialista em Educação Básica frequentemente se depara com uma série de desafios. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos, tanto materiais quanto humanos, para implementar as práticas inclusivas de forma efetiva. Muitas vezes, a escola não dispõe de adaptações físicas adequadas, como rampas ou salas de recursos multifuncionais, ou de profissionais especializados suficientes para atender a todos os alunos com necessidades específicas.

Outro desafio significativo é a resistência de alguns professores ou membros da comunidade escolar, que, por falta de formação ou de conscientização, podem ter dificuldades em compreender e implementar as práticas inclusivas. Isso pode gerar um ambiente de isolamento para os alunos com deficiência, dificultando sua plena participação nas atividades escolares.

Embora o Especialista em Educação Básica desempenhe um papel crucial na mediação da inclusão, ele também enfrenta uma sobrecarga de funções. Além de atuar como intermediário entre escola, família e serviços de apoio, o Especialista em Educação Básica precisa se envolver na elaboração de planos pedagógicos personalizados, no acompanhamento individual dos alunos e na capacitação dos docentes. Esse acúmulo de tarefas pode prejudicar a qualidade do trabalho e dificultar o acompanhamento mais aprofundado das necessidades de cada aluno.

Para superar esses desafios é fundamental que a escola adote uma abordagem colaborativa, onde todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, especialistas e funcionários, trabalhem juntos para promover a inclusão. O treinamento contínuo dos docentes sobre práticas pedagógicas inclusivas e o incentivo à troca de experiências entre os profissionais são estratégias que podem contribuir para a redução das barreiras ao aprendizado.

Além disso, é importante que o Especialista em Educação Básica busque alternativas criativas para contornar a falta de recursos. Isso pode incluir o uso de materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas, ou mesmo a adaptação das atividades e do currículo escolar para atender às necessidades dos alunos.

A gestão escolar tem um papel fundamental no apoio ao trabalho do Especialista em Educação Básica. A criação de uma cultura escolar inclusiva depende de políticas claras e de

uma gestão que incentive a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional. A implementação de práticas de inclusão, como a flexibilização de currículos e a criação de ambientes acessíveis, deve ser uma prioridade da gestão escolar, garantindo que os alunos com deficiência tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais.

Uma possibilidade importante para a ampliação da inclusão no cotidiano escolar é a participação mais ativa da comunidade escolar e dos serviços de apoio na construção de soluções para os desafios enfrentados. A colaboração entre escolas, universidades e organizações da sociedade civil pode possibilitar a formação de parcerias que tragam novas metodologias, recursos e formas de intervenção. Além disso, o aprimoramento da gestão do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), como proposto pela Secretaria de Educação de Itabirito em 2025, pode ser uma ferramenta poderosa para garantir o acompanhamento e a personalização do processo de ensino-aprendizagem.

6 ANÁLISE DO CONTEXTO DA ESCOLA MANOEL SALVADOR DE OLIVEIRA

6.1 Diagnóstico da realidade escolar

Na minha atuação como Especialista em Educação Básica na rede municipal de Itabirito, percebo cotidianamente o quanto essa função é essencial para garantir que todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência, tenham pleno acesso a uma educação de qualidade. Nossa função é essencial para a promoção de um ambiente educacional inclusivo e colaborativo. Em tempos em que a complexidade das relações entre escola, família e serviços de apoio se intensifica, é fundamental entender como esses agentes podem trabalhar em conjunto para atender às necessidades dos alunos de forma mais eficaz.

O papel do Especialista em Educação Básica transcende as funções administrativas, atuando como mediador que facilita a comunicação e a troca de informações entre os diferentes setores que envolvem a educação. Ao investigar os caminhos que essa atuação pode seguir, este estudo busca contribuir para a formação de práticas mais integradas e eficazes, potencializando o desenvolvimento dos alunos e o fortalecimento da comunidade escolar. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para a construção de uma educação que valorize a participação de todos os envolvidos, promovendo não apenas o sucesso acadêmico, mas também o bem-estar social e emocional dos estudantes.

A Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, localizada em Itabirito, Minas Gerais, desempenha um papel significativo na educação básica do município. Com 1.186 matrículas ativas, sendo 58 alunos da educação especial, a escola atende a uma comunidade diversificada, refletindo a importância de práticas inclusivas e de articulação entre os diversos agentes educacionais.

De acordo com o site QEdu (acesso em 23/09/24), a escola possui turmas de educação infantil (1º e 2º período), ensino fundamental anos iniciais (1º aos 5º anos) e ensino fundamental anos finais (6º ao 9º anos) e um total de 50 professores.

A nota alcançada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2023 nos anos iniciais foi de 5,6 e nos anos finais 4,9. Esses resultados indicam um desempenho satisfatório, embora haja espaço para melhorias, especialmente nos anos finais do ensino fundamental. A Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira apresenta uma infraestrutura adequada e um desempenho acadêmico positivo, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, os resultados nos anos finais indicam a necessidade de estratégias pedagógicas mais eficazes para melhorar o aprendizado dos alunos. A presença significativa de

alunos da educação especial requer uma atenção especial às práticas inclusivas e à articulação entre os diversos agentes educacionais, incluindo famílias e serviços de apoio externos especializados. A atuação do Especialista em Educação Básica é fundamental para coordenar essas ações, garantindo um ambiente escolar mais inclusivo e propício ao desenvolvimento de todos os alunos.

A escola oferece uma infraestrutura completa para o desenvolvimento educacional dos alunos, incluindo: alimentação escolar com monitoramento de nutricionista, auditório, laboratório de informática, pátio coberto e descoberto, área verde, quadra esportiva coberta, biblioteca, refeitório amplo, laboratório de ciências, sala de professores, acesso à internet para os professores e visitantes, entre outros.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a atuação do Especialista em Educação Básica é indispensável para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva. Sua presença estratégica permite não apenas o acompanhamento pedagógico dos alunos, mas também a mediação entre os diversos setores envolvidos no processo educativo. Na Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, os dados evidenciam a urgência de práticas pedagógicas mais integradas, especialmente nos anos finais do ensino fundamental, e de uma atuação mais articulada com as famílias e os serviços de apoio. É nesse contexto que o Especialista em Educação Básica pode promover ações que fortaleçam a equidade, assegurando que todos os estudantes, com ou sem deficiência, tenham garantido seu direito de aprender e se desenvolver em um ambiente escolar acolhedor, acessível e comprometido com a diversidade. Assim, o diagnóstico da realidade escolar revela não apenas os desafios a serem enfrentados, mas também as inúmeras possibilidades de transformação impulsionadas por uma atuação comprometida e colaborativa.

6.2 Articulação e Inclusão

A presença de 58 alunos da educação especial destaca a necessidade de práticas inclusivas eficazes. A atuação do Especialista em Educação Básica é crucial para promover a articulação entre a escola, as famílias e os serviços de apoio externos especializados, como o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij), o Centro Especializado de Reabilitação (CER II) e as Unidades Básicas de Saúde. Essa colaboração visa atender às necessidades específicas dos alunos, promovendo seu desenvolvimento integral e inclusão no ambiente escolar.

6.3 Interseção entre Especialista em Educação Básica e a Educação Especial

A atuação do Especialista em Educação Básica, enquanto supervisor escolar, ocupa uma posição estratégica na interseção entre a educação especial e as demandas do cotidiano escolar. Na prática, esse profissional torna-se um ponto de convergência das ações pedagógicas, administrativas e de apoio necessárias para a construção de uma escola inclusiva e democrática.

Embora o documento oficial que define as atribuições do Especialista em Educação Básica não detalhe de forma específica sua atuação voltada para a inclusão de estudantes com deficiência, a natureza abrangente de suas funções acaba por abarcar, de forma transversal, a mediação e o acompanhamento desses alunos. Na rede municipal de Itabirito, observa-se que o Especialista em Educação Básica, ainda que não tenha entre suas atribuições formais a exclusividade da mediação para alunos da educação especial, é frequentemente acionado para coordenar as demandas que envolvem esse público. Por isso, é imprescindível que esse profissional compreenda que sua atuação precisa ir além da burocracia e da supervisão pedagógica tradicional, assumindo a postura de agente ativo na promoção da inclusão.

No contexto da Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, essa interseção se materializa na necessidade constante de identificar as demandas dos estudantes da educação especial e articular ações que garantam seu pleno atendimento. O Especialista em Educação Básica, neste cenário, atua como facilitador da comunicação entre os professores regentes, a equipe de apoio escolar, os familiares e os serviços especializados externos. Essa articulação permite que as informações sejam compartilhadas de forma eficiente, evitando fragmentações no acompanhamento dos alunos, que muitas vezes dependem de múltiplos apoios para alcançar uma trajetória de sucesso acadêmico e social.

Além do acompanhamento individualizado, o Especialista em Educação Básica também tem o papel de sensibilizar e capacitar os profissionais da escola para que desenvolvam práticas pedagógicas inclusivas. Por meio de formações continuadas, orientações pedagógicas e reuniões pedagógicas específicas, ele contribui para fortalecer a competência da equipe escolar em lidar com a diversidade em sala de aula. A busca por metodologias ativas, adaptações curriculares e uso de recursos de acessibilidade são algumas das frentes em que o Especialista em Educação Básica precisa atuar, promovendo a criação de ambientes que respeitem e acolham as particularidades de cada estudante.

A interseção do trabalho do Especialista em Educação Básica com a educação especial também se expressa na constante mediação entre a escola e a família. Estabelecer um canal aberto e permanente de comunicação com os responsáveis é fundamental para compreender as

necessidades dos alunos para além dos muros da escola. Muitas famílias chegam ao ambiente escolar com angústias, dúvidas e inseguranças em relação ao futuro de seus filhos, e encontram no Especialista em Educação Básica uma referência de escuta e orientação. Reuniões periódicas, encaminhamentos responsáveis e momentos de escuta ativa tornam-se fundamentais para consolidar essa parceria.

Do mesmo modo, o fortalecimento dos vínculos com os serviços de apoio externos especializados é indispensável. Considerando que o desenvolvimento integral dos estudantes demanda uma rede intersetorial de apoio, o Especialista em Educação Básica precisa garantir a fluidez na comunicação com instituições como o CAPSij, o CER II e as Unidades Básicas de Saúde, promovendo encaminhamentos e acompanhando retornos para ajustar as práticas pedagógicas conforme as orientações desses serviços.

Um aspecto que merece destaque nessa interseção é o papel do Especialista em Educação Básica como gestor de processos e documentos importantes para a inclusão, como o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Esse instrumento, já detalhado aqui anteriormente, elaborado de maneira colaborativa entre escola, família e especialistas externos, constitui-se em uma poderosa ferramenta para monitorar o desenvolvimento dos alunos da educação especial e planejar intervenções pedagógicas individualizadas. A coordenação eficaz do PDI permite não apenas o acompanhamento sistemático dos estudantes, mas também favorece a participação ativa da equipe docente no planejamento de estratégias inclusivas.

Cabe ainda ressaltar que, para exercer plenamente suas funções, o Especialista em Educação Básica necessita de apoio institucional e reconhecimento do seu papel estratégico na promoção da inclusão escolar. A gestão escolar deve garantir as condições necessárias para que o Especialista em Educação Básica tenha espaço e autonomia para coordenar as ações inclusivas, além de assegurar que a escola disponha dos recursos humanos e materiais adequados para responder às necessidades dos alunos com deficiência.

Por fim, é importante compreender que a interseção entre o Especialista em Educação Básica e a educação especial não se dá de forma isolada, mas como parte de um processo coletivo e contínuo de construção de uma cultura inclusiva. Ao promover o diálogo entre os diferentes agentes da comunidade escolar e garantir que as políticas públicas de inclusão sejam efetivamente implementadas, ele se torna uma peça-chave na consolidação de um ambiente educacional que valorize a diversidade e promova a equidade.

Dessa forma, a atuação do Especialista em Educação Básica se consolida como um elemento articulador essencial no cotidiano escolar, promovendo o diálogo entre todos os envolvidos no processo educativo. Sua mediação contribui para que a escola responda de

maneira mais sensível e efetiva às necessidades dos alunos público-alvo da educação especial. A seguir, será apresentada uma análise dos principais desafios enfrentados na prática cotidiana e das estratégias adotadas para fortalecer a inclusão na Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira.

6.4 Principais desafios e estratégias adotadas

A consolidação de práticas inclusivas no contexto escolar exige mais do que boas intenções, demanda planejamento, formação contínua, recursos adequados e articulação entre diversos agentes. Na prática cotidiana da Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, vários obstáculos se impõem à plena efetivação da inclusão de alunos público-alvo da educação especial. Ao mesmo tempo, estratégias vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de superar essas barreiras e garantir um ambiente educacional mais justo e acolhedor.

Um dos desafios mais visíveis na realidade da escola é a limitação de recursos humanos e materiais, além do maior número de alunos da educação especial de toda a rede municipal. Apesar de haver uma boa estrutura física e um corpo docente comprometido, muitas vezes faltam profissionais especializados para atender às demandas específicas dos alunos da educação especial, principalmente monitores e professores de apoio. Além disso, a escassez de materiais pedagógicos adaptados e de tecnologias assistivas adequadas compromete a implementação de práticas realmente inclusivas.

Outro obstáculo significativo é a sobrecarga de funções atribuídas ao Especialista em Educação Básica. Este profissional, além de ser responsável por garantir o funcionamento pedagógico da escola como um todo, precisa também assumir um papel protagonista na mediação da inclusão. A multiplicidade de tarefas, que envolve desde a orientação de professores até o contato com famílias e serviços externos, pode dificultar um acompanhamento mais individualizado e constante dos alunos com deficiência. Essa sobrecarga torna necessário que o Especialista em Educação Básica desenvolva habilidades de gestão do tempo e de priorização de demandas, bem como conte com o apoio efetivo da gestão escolar.

Do ponto de vista da equipe docente, observa-se que, apesar do interesse crescente na formação para a inclusão, ainda existem lacunas na formação inicial e continuada de muitos professores no que tange às práticas pedagógicas inclusivas. Essa realidade impacta diretamente na qualidade do ensino oferecido aos estudantes da educação especial, que muitas vezes precisam de abordagens diferenciadas, planejamentos adaptados e um olhar pedagógico mais atento às suas especificidades.

A relação com as famílias dos alunos com deficiência também representa um desafio relevante. Algumas famílias, por falta de informação ou por experiências anteriores de exclusão, demonstram receio ou resistência em participar ativamente da vida escolar dos filhos. Outras enfrentam limitações sociais e econômicas que dificultam o acompanhamento cotidiano da trajetória educacional dos estudantes. Nesses casos, o Especialista em Educação Básica atua como ponte entre a escola e as famílias, promovendo encontros acolhedores, fornecendo orientações claras e contribuindo para fortalecer o vínculo de parceria indispensável para o sucesso da inclusão.

No que se refere aos serviços de apoio externos, a intersetorialidade ainda enfrenta entraves. Nem sempre as redes de saúde e assistência social estão plenamente integradas às demandas da educação, o que pode gerar descompassos no atendimento aos estudantes. A construção de um diálogo fluido com esses agentes externos é essencial, mas ainda requer maior investimento em articulação institucional, fluxo e alinhamento de objetivos.

Diante desses desafios, algumas estratégias têm sido adotadas na Escola Manoel Salvador de Oliveira para fortalecer o processo inclusivo. Destaca-se, por exemplo, a implementação de formações pedagógicas periódicas voltadas à educação inclusiva, realizadas durante a semana pedagógica e mantidas ao longo do ano letivo. Essas formações permitem atualizar os conhecimentos da equipe e estimular uma prática mais sensível às necessidades dos estudantes com deficiência.

Outra estratégia importante é o uso do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) como ferramenta central para o planejamento das intervenções pedagógicas. A elaboração do PDI, de forma colaborativa e personalizada, assegura que cada aluno tenha suas potencialidades e desafios mapeados, garantindo um acompanhamento sistemático do seu desenvolvimento. Esse documento, além de orientar as práticas dos professores, facilita o diálogo com as famílias e com os profissionais dos serviços externos especializados.

A escola também tem investido na criação de canais de comunicação eficazes com as famílias, utilizando estratégias para manter contato frequente e acessível. A prática de reuniões bimestrais com as famílias e os serviços de apoio tem-se mostrado uma ação relevante para alinhar expectativas, partilhar avanços e definir estratégias conjuntas.

Por fim, vale ressaltar a importância da construção de uma cultura escolar inclusiva, que ultrapasse as ações pontuais e se traduza em uma visão coletiva sobre o direito de todos à educação de qualidade. Para isso, o envolvimento da gestão escolar é fundamental, garantindo que a inclusão esteja presente nas discussões pedagógicas, no planejamento institucional e nas prioridades da escola como um todo.

Em síntese, os desafios da inclusão na prática cotidiana da Escola Manoel Salvador de Oliveira são numerosos, mas não intransponíveis. Com o fortalecimento das estratégias já em curso e o comprometimento contínuo da equipe escolar, das famílias e dos serviços de apoio externos, é possível avançar na construção de um ambiente verdadeiramente acolhedor, onde todos os alunos tenham suas necessidades respeitadas e suas potencialidades valorizadas.

Mesmo diante de desafios como a sobrecarga de funções, a escassez de formações específicas e a necessidade constante de atualização, observa-se que o comprometimento da equipe escolar e a atuação ativa da supervisão têm sido determinantes para os avanços na construção de uma cultura inclusiva. Esse compromisso precisa ser mantido e continuamente reforçado por meio de políticas públicas locais que reconheçam e valorizem o papel da supervisão pedagógica no processo de inclusão escolar.

Assim, a realidade da Escola Manoel Salvador de Oliveira reafirma que a efetividade da inclusão depende da ação coletiva, sensível e articulada de todos os envolvidos no processo educativo e que o Especialista em Educação Básica pode e deve ser um catalisador dessas transformações, garantindo que nenhuma criança seja deixada para trás no processo de escolarização.

7 PROPOSTA E APLICAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

A construção dos planos de ação apresentados neste trabalho constitui o ponto culminante da investigação e representa sua principal contribuição prática. Elaborados a partir de um diagnóstico aprofundado da realidade da Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, os modelos propostos têm como foco o fortalecimento da atuação do Especialista em Educação Básica na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

O Modelo 1 apresenta-se como um guia construído por meio de reflexões críticas, estudos teóricos e da análise da minha própria prática profissional. Ele foi pensado como culminância para a efetivação de minha Análise Crítica da Prática Pedagógica (ACPP), buscando integrar, de forma articulada, todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem: professores, alunos, famílias e serviços de apoio externos, em favor de um ambiente escolar mais equitativo, sensível às diferenças e centrado na inclusão.

O Modelo 2, por sua vez, reúne ações concretas já desenvolvidas no contexto escolar, com ênfase especial na formação continuada dos professores e no acolhimento das famílias de educandos com deficiência. Essas ações visaram promover não apenas o aprimoramento das práticas pedagógicas, mas também o fortalecimento dos vínculos entre a escola e a comunidade, condição essencial para o sucesso do processo inclusivo.

Ambos os modelos foram concebidos como respostas intencionais aos desafios mapeados durante a pesquisa e traduzem, em práticas planejadas e aplicáveis, os princípios discutidos ao longo deste trabalho. Reafirmam, sobretudo, o papel do Especialista em Educação Básica como mediador e articulador de processos pedagógicos inclusivos, capaz de promover transformações reais no cotidiano escolar.

Dessa forma, os planos de ação aqui propostos não apenas sintetizam os achados da pesquisa, mas também apontam caminhos concretos para uma prática pedagógica mais integrada, colaborativa e humanizada, contribuindo de forma significativa para a efetivação de uma educação comprometida com o direito à diversidade e à aprendizagem de todos.

7.1 Proposta de plano de ação - MODELO 1

Tema: A atuação do Especialista em Educação Básica na inclusão de alunos da educação especial

Objetivo geral: Assegurar que o Especialista em Educação Básica atue de forma efetiva na promoção de uma educação inclusiva, articulando escola, família e serviços especializados para o atendimento dos estudantes com deficiência.

A. Diagnóstico e identificação das necessidades

Atividades:

- Levantamento das necessidades específicas dos alunos da educação especial;
- Identificação dos recursos e adaptações pedagógicas necessárias;
- Mapeamento dos serviços de apoio externos;
- Elaboração do PDI com a participação da família e dos profissionais envolvidos.

Recursos necessários: Reuniões com equipe pedagógica, entrevistas com familiares, análise de registros escolares.

Cronograma: 1º mês de execução (Fevereiro/ 2025)

Mediador: Especialista em Educação Básica

Participantes: Professores, demais profissionais da escola, família, equipe de apoio e serviços externos.

B. Formação e capacitação da equipe escolar

Atividades:

- Organização de formações sobre práticas pedagógicas inclusivas;
- Discussões sobre estratégias adaptadas, acessibilidade e tecnologias assistivas;
- Estímulo à troca de experiências entre os docentes.

Recursos necessários: Materiais de apoio, convidados especialistas, espaço físico e tempo institucional.

Cronograma: 03 a 07/02 (durante a Semana Pedagógica e abertura do ano letivo de 2025) e mensalmente, de forma permanente.

C. Acompanhamento e monitoramento das ações pedagógicas

Atividades:

- Observações em sala de aula;
- Reuniões periódicas para avaliação das ações;
- Atualização do PDI conforme necessidade dos alunos.

Recursos necessários: Instrumentos de registro, relatórios pedagógicos, plataforma digital da SEMED.

Cronograma: Fevereiro a Dezembro/2025 (ciclo contínuo)

D. Fortalecimento do vínculo escola-família-serviços externos

Atividades:

- Realização de encontros bimestrais com famílias e profissionais externos;
- Criação de canais permanentes de escuta e acompanhamento;
- Ações de orientação às famílias sobre o processo de inclusão.

Recursos necessários: Convites, registros de presença, materiais informativos, espaço para reuniões.

Cronograma: Bimestralmente ou conforme demanda (ciclo contínuo)

Indicadores de sucesso:

- Melhoria no acompanhamento dos estudantes com deficiência;
- Maior participação da família no processo educativo;
- Adaptação eficaz das práticas pedagógicas;
- Registro sistemático e atualizado do PDI;
- Fortalecimento da cultura de inclusão na escola.

Resultados parciais observados:

- Fortalecimento da cultura inclusiva na escola e entre os profissionais de ensino.
- Desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos alunos com deficiência, garantindo-lhes o direito à educação de qualidade.
- Criação de uma rede de apoio mais sólida, unindo escola, família e serviços especializados em prol do desenvolvimento integral dos alunos.

Considerações Finais

Este plano de ação reforça o papel do Especialista em Educação Básica como um agente central na coordenação de esforços para a inclusão, promovendo uma atuação integrada e colaborativa que beneficia todos os envolvidos no processo educativo.

7.2 Proposta de plano de ação (intervenção) - MODELO 2

Plano de Ação: Fortalecimento da Inclusão Escolar através da Atuação do Especialista em Educação

Autora: Monique Cássia de Assis

Instituição: Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira

Ano: 2025

Cargo: Especialista em Educação Básica

Objetivo Geral

Promover a inclusão efetiva dos alunos público-alvo da educação especial por meio de ações articuladas entre equipe escolar, famílias e serviços especializados, com foco na formação continuada, construção participativa dos PDI e acompanhamento das práticas pedagógicas inclusivas.

Objetivos Específicos

1. Capacitar os profissionais da escola sobre o PDI e legislação relacionada à educação especial.
2. Favorecer a troca de informações pedagógicas entre docentes de diferentes anos.
3. Estimular a escuta ativa das famílias e sua participação no processo de elaboração dos PDI.
4. Integrar ações da escola com serviços de apoio externos especializados.
5. Garantir o acompanhamento contínuo dos alunos com deficiência, promovendo ajustes pedagógicos eficazes.

Resultados parciais observados

- Aumento do envolvimento dos professores com o planejamento inclusivo.
- Fortalecimento dos vínculos entre escola e família.
- Participação ativa de professores e monitores nos momentos formativos.
- Reconhecimento da importância do Especialista em Educação Básica como articulador.

Avaliação e Projeções

O plano de ação já apresenta resultados qualitativos visíveis, como o fortalecimento do trabalho em rede e da cultura colaborativa. Recomenda-se a continuidade das formações periódicas, a documentação sistemática dos PDI na plataforma digital e a manutenção de grupos permanentes de estudo sobre inclusão com a equipe escolar. Abaixo a síntese de ações aplicadas:

Ação	Período	Participantes	Impacto Esperado/Observado
Formação com a equipe do CMAEE sobre PDI, legislação, público-alvo da Educação Especial	03 a 07/02/2025	Todos os professores, monitores e Especialista em Educação Básica (manhã e tarde).	Nivelamento de conhecimentos e maior segurança dos docentes na elaboração do PDI.
Entrega e estudo dos PDI de 2024 aos novos professores	06 e 07/02/2025	Monitores/ professores de apoio e regentes de turma.	Antecipação de informações essenciais para o planejamento de aulas inclusivas.
Reunião entre professores do ano anterior e atual	06 e 07/02/2025	Professores de ambos os anos escolares e monitores/ professores de apoio.	Troca de experiências e continuidade no acompanhamento dos alunos.
Encontros conduzidos pela professora Andreza Liziane sobre autismo e docência	Março e abril de 2025	Professores da escola (2º e 3º anos do Ens. Fundamental I).	Formação sensível e contextualizada com base em vivências dos participantes.
Formação no Dia D Municipal sobre inclusão, PDI e plataforma digital	17/05/2025	Professores e monitores (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I).	Reforço institucional às práticas inclusivas e à utilização da plataforma de registros.
Reunião com todas as famílias dos alunos público-alvo da Educação Especial	Fevereiro a maio/ e bimestralmente para 2025 ou conforme demanda	Famílias de alunos da educação especial, Especialista, professores e monitores.	Participação ativa das famílias na construção do PDI e fortalecimento da parceria escola-família.
Acompanhamento dos serviços externos e comunicação regular com os profissionais especializados	Permanente	Especialistas externos (CAPSij, CER II, UBS, entre outros).	Maior alinhamento nas intervenções e possibilidade de suporte multidisciplinar mais eficaz.
Semana da Pessoa com Deficiência na escola (psicólogo lotado na escola e especialista em educação)	Previsto para acontecer em agosto/ 2025	Famílias de alunos da educação especial e equipe escolar.	Espera-se a melhora no contato com as famílias, formação e fortalecimento de vínculo com os envolvidos no processo.
Revisão do PPP da escola	Previsto para acontecer em agosto/ 2025	Equipe e comunidade escolar.	Espera-se que o processo traga maior ênfase ao atendimento e ao planejamento das ações voltadas à educação especial, fortalecendo práticas inclusivas no cotidiano escolar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito central investigar o papel do Especialista em Educação Básica na mediação entre a escola, a família e os serviços de apoio externos especializados no processo de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial. A partir de uma perspectiva crítica e reflexiva, foi possível compreender que esse profissional ocupa um lugar estratégico na construção de uma cultura escolar inclusiva, capaz de acolher a diversidade humana e de promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

A pesquisa, fundamentada em minha prática profissional como Especialista em Educação Básica na Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, em Itabirito (MG), revelou que a inclusão não é um evento pontual nem responsabilidade de um único profissional, mas sim um processo contínuo e coletivo. Para que ela ocorra de forma efetiva, é necessário o esforço conjunto da equipe escolar, o fortalecimento do vínculo com as famílias e a articulação com os serviços especializados, a fim de garantir respostas adequadas às singularidades de cada educando.

A atuação do Especialista em Educação Básica, nesse contexto, vai muito além da supervisão pedagógica tradicional. Trata-se de uma função que exige sensibilidade, escuta ativa, conhecimento técnico, postura ética e disposição para liderar processos transformadores. Ao acompanhar professores, promover formações, dialogar com as famílias, organizar os instrumentos pedagógicos e intermediar o acesso a serviços externos, esse profissional atua como ponte entre os marcos legais e as práticas que, de fato, se concretizam no cotidiano escolar.

Ao longo do trabalho, foi possível identificar avanços importantes, como a implementação do novo modelo de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que representa um passo significativo na personalização do ensino e no acompanhamento contínuo dos estudantes da educação especial. Esse instrumento, quando construído de forma colaborativa, permite que a trajetória de cada aluno seja compreendida com profundidade, tornando possível a proposição de estratégias mais coerentes com suas necessidades.

No entanto, a realidade também impõe desafios. A sobrecarga de atribuições, a carência de formação continuada específica na área da educação especial, a ausência de profissionais de apoio em número suficiente e as dificuldades de comunicação com os serviços externos ainda limitam o pleno exercício da função. Esses obstáculos demonstram que, embora haja um aparato legal favorável à inclusão, ainda é necessário avançar na efetivação de políticas públicas que garantam as condições reais de trabalho e aprendizagem para todos os envolvidos.

Apesar disso, minha experiência como Especialista em Educação Básica me mostrou que a transformação é possível e começa nas pequenas atitudes: na escuta atenta de uma mãe que chega angustiada, no planejamento cuidadoso com o professor que se sente inseguro diante da diversidade, no acompanhamento de perto de cada PDI que se torna um instrumento vivo de mediação entre as partes. Acredito que o maior papel desse profissional é justamente esse: sustentar as pontes, mesmo quando os caminhos parecem distantes.

Neste trabalho, os planos de ação propostos buscaram justamente ampliar essa mediação: seja por meio de estratégias formativas com os docentes, seja por ações voltadas ao acolhimento das famílias. Essas iniciativas demonstraram que a inclusão é construída no coletivo, no cotidiano escolar, e que é possível caminhar rumo a uma escola mais acessível, democrática e afetuosa, desde que haja intencionalidade, formação e compromisso ético com o outro.

Finalizo esta jornada acadêmica com o coração preenchido por muitos aprendizados e pela certeza de que a educação inclusiva é mais do que uma diretriz institucional: é uma causa de vida. Cada aluno com deficiência que acompanhamos nos ensina, silenciosamente, a olhar além das limitações aparentes e a reconhecer o valor da escuta, do respeito e da esperança. São eles que nos desafiam a sermos melhores profissionais, melhores educadores e, acima de tudo, melhores seres humanos.

Que este trabalho sirva de inspiração a outros Especialistas em Educação Básica que, assim como eu, acreditam que a inclusão não é tarefa fácil, mas é um caminho possível. Que possamos seguir defendendo uma escola que respeita as singularidades, que reconhece o potencial de todos os seus estudantes e que luta para garantir que nenhum deles seja deixado para trás.

Porque incluir é mais do que permitir o acesso: é garantir o pertencimento. E quando há pertencimento, há espaço para florescer. Que sejamos, então, semeadores de inclusão, todos os dias, em cada gesto, em cada decisão, em cada mediação.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro: genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

DAVIS, Lennard J. **O corpo normal: ensaios sobre a norma**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2006.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: uma abordagem qualitativa**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO. Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Cargos e Salários. Itabirito, 2018.** Disponível em: <https://itabirito.mg.gov.br>. Acesso em: 27 maio 2025.

SMITH, Deborah Deutsch. **Educação inclusiva: estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais na escola regular.** São Paulo: Artmed, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO/MEC, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 16 maio 2025.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 22. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

ANEXO - Imagens dos momentos de formação



Figura 1: Formação sobre PDI ocorrida na Semana Pedagógica de abertura do ano letivo de 2025 sobre educação especial.
Fonte: arquivo pessoal.



Figura 2: Dia D na escola (sábado de ações e formações voltadas para a educação especial). Fonte: arquivo pessoal.



Figura 3: Encontros com professores dos 2º e 3º anos os quais acompanho realizado pela professora Andreza Liziane. Fonte: arquivo pessoal.